

Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista, RR.

ELISANGELA MARTINS*

Boa Vista, em Roraima, tem uma localização geográfica peculiar em relação às demais cidades do país, sendo a capital “mais setentrional do Brasil” e a única situada acima da linha do Equador. Como parte constituinte de um processo de formação de sua identidade urbana, costuma-se evocar ainda o fato de que a cidade é uma das “três cidades no país”¹ que ocupa um espaço previamente planejado.

A valorização do traçado urbano de Boa Vista pode ser observada pela impressionante quantidade de tomadas aéreas da cidade, que foi, por inúmeras vezes, fotografada do alto desde sua remodelação, em 1944. Esse modo especial de retratar a cidade dá uma dimensão do caráter monumental de que ela se reveste, podendo-se afirmar, afinal, que Boa Vista se tornou, no século XX, devido à sua característica de espaço urbano planejado, o maior dos monumentos de Roraima.

Tratando em especial do planejamento de seu espaço urbano, sabe-se que o mesmo foi parte de um projeto específico do primeiro governo do Território, com Ene Garcez dos Reis entre 1944 e 1945. Segundo o próprio ex-governador, em entrevista a Aimberê Freitas, o engenheiro Darci Aleixo Deregusson teria sido contratado para fazer os levantamentos topográficos e desenhar um plano inspirado na cidade de Belo Horizonte (FREITAS, 1993, P.63). Em termos de localização geográfica, o Rio Branco parece ter sido importante referencial para o planejamento da cidade. Isso não implica, contudo, na valorização do rio para a composição desse desenho. Correndo, naquele trecho, no sentido nordeste-sudoeste, o Branco compõe, no plano da cidade, a base a partir da qual a ocupação urbana deveria crescer num sistema radial-concêntrico cujo eixo central aponta para noroeste. Dali, largas avenidas principais, em radiais, deveriam compor um contorno assemelhado a um leque.

O novo traçado da cidade previu um importante deslocamento do centro do poder. Representado pelo Prédio da Intendência e localizado à margem do rio, o poder

* Mestre em História Social pela UFAM, professora do IFRR.

¹ É o que consta, por exemplo, num cartão postal produzido pelo governo federal para promover os “roteiros do Brasil”, junto de uma foto aérea da capital de Roraima. Esse é um dos motivos apresentados para se conhecer a cidade de Boa Vista.

público seria alocado ainda em paralelo ao Rio Branco, mas em terreno mais distante e destinado a compor uma praça central que abrigaria os três poderes. Este espaço que viria a receber a *Praça do Centro Cívico* estava no ângulo do arco desenhado pelas avenidas e, em 1960, aparece como um clarão sem árvores nem edificações. Tal fato se explica porque, apesar de o planejamento da cidade ter ocorrido na década de 1940, o surgimento de obras naquele espaço, só começou a acontecer bem mais tarde.



Figura 1 - Fotografia aérea de Boa Vista, década de 1960 (PAVANI e MOURA, 2007)

A Praça do Centro Cívico- planejada em 1944, mas concretizada apenas a partir da década de 1970 - passou a ser uma das principais paisagens da cidade de Boa Vista e é quase impossível passar pela cidade sem conhecê-la. Todas as mais importantes avenidas de acesso aos bairros começam nela e, com isso, se pode partir dali diretamente para as zonas oeste, norte e sul da capital (a leste está o rio). Em termos de sentido do tráfego, essas avenidas possuem mão dupla e, transitando por elas, tanto se sai como se chega ao Centro Cívico, motivo pelo qual se costuma afirmar, em Boa Vista, que “todos os caminhos levam à bola”, como costuma ser chamada a via que circunda a praça central.

Em uma cidade, a disposição de prédios, ruas e praças possui uma intencionalidade, que denuncia em si a subjetividade de quem a criou. Os monumentos, por sua vez, evocam uma memória, infundem idéias e pretendem perpetuar visões sobre o passado e a história, tornando-se objetos privilegiados de estudo para a interpretação da sociedade em que foram erigidos. Apesar disso, o ponto central de Boa Vista, a praça do Centro Cívico, que tanto impacta seu cotidiano, nunca foi objeto de especulação ou análise. Diante disso, meu trabalho pretende apresentar elementos da história da

construção daquela praça central para, a partir daí, discutir a memória que por ela é evocada.

Além de grandes prédios, a Praça do Centro Cívico possui importante quantidade de monumentos instalados em seu interior. O primeiro deles, inaugurado provavelmente em fins da década de 1960 e sobre o qual inexistem documentos disponíveis nos acervos públicos de Roraima, é o *Monumento ao Garimpeiro*. As maiores informações sobre a estátua foram conseguidas em entrevista junto a Francisco das Chagas Duarte, que ocupou vários cargos de confiança durante os diversos governos territoriais desde o ano de 1964. Segundo ele, o Garimpeiro foi produzido a pedido do então governador Hélio da Costa Campos, que o teria mandado trazer “de uma empresa em São Paulo [...] feita em alumínio para evitar o peso e suportar intempérie” (DUARTE, 2007).

Trata-se de uma estátua oca para permitir a vazão da água, que possui falsa aparência de concreto e em termos de suas dimensões, pode ser considerado um dos maiores monumentos da cidade de Boa Vista. Com uma rampa de 14 metros de comprimento, para permitir o acesso à sua parte frontal, está instalado sobre um espelho d'água retangular com 7,5 metros de largura por 15,70 metros de comprimento. O ponto mais alto da estátua atinge mais de sete metros de altura em relação ao chão da praça. Quando ligada, uma bomba dá vida ao *Monumento*, permitindo que a água esorra da bateia para o espelho sob a estátua simule a mineração em sistema de faisqueira, muito comum no início da exploração mineral em Roraima.

Imponente, cravado no centro da Praça do Centro Cívico, o monumento é considerado, atualmente, um “símbolo histórico da cidade, parte principal da paisagem urbana de Boa Vista” (BOA VISTA, 2007) e recebeu, recentemente, nova pintura. Seu desenho estilizado foi tornado, por decreto do prefeito Iradilson Sampaio (janeiro de 2007), o símbolo da Prefeitura da capital de Roraima. Ao assumir o Garimpeiro como “símbolo histórico”, a prefeitura não leva em consideração que o *boom* da atividade mineradora, descrito pelo documento como “um ciclo do desenvolvimento econômico, político e social” e que seria “representado” pelo monumento, ocorrera quase vinte anos depois da instalação da estátua – em meados da década de 1980. Assim, o decreto confere ao Garimpeiro um significado que este não possuía no momento de sua instalação.

As razões para instalar este monumento em fins dos anos de 1960 não são claras e somente se considerando o contexto do “ciclo de devassamento amazônico” produzido na década de 1970 pelos governos militares (BECKER,1998) é que se pode levantar hipóteses sobre os motivos que a teriam justificado. Naquele momento, se verificou o avanço dos interesses capitalistas sobre as riquezas amazônicas, com destaque para a exploração extrativista em escala industrial, incluindo nesse processo a mineração (PROCÓPIO, 1992). Nas fontes sobre os primeiros anos do governo Hélio Campos, encontra-se uma retrospectiva, publicada na primeira edição do JBV, que afirmava que

O princípio foi muito difícil para o governador [...]. No Ministério do Interior foram-lhe fornecidas muitas informações. [...] trazia um staff de primeiríssima, gente especializada e de currículo (JBV, 15/09/1973, p.06).

Diante disso pode-se crer que, chegando a Roraima em 1967, o coronel aviador Hélio da Costa Campos considerasse, com base nas informações recebidas pelo Ministério do Interior, que a atividade garimpeira seria a alternativa adequada para promover o “adensamento populacional da região”, pois como já se sabia da existência de ouro no extremo norte, o que faltava era criar as condições para a chegada daqueles que o explorariam em grande quantidade. A instalação da estátua bem pode, nesse quadro, ter significado uma ação simbólica que visava anunciar qual seria a atividade econômica impulsionadora do projeto de integração nacional que, em consonância com os princípios dos governos militares em nível federal, Hélio da Costa Campos pretendia promover no Território Federal de Roraima.

A medida, entretanto, não foi bem recebida no seio da elite local. Classificando a escultura como “um erro”, Dorval de Magalhães dirigiu-se pessoalmente ao governador, Hélio Campos, para demonstrar sua insatisfação com a instalação do monumento. O questionamento de Dorval de Magalhães se baseava na opinião de que a estátua era equivocada, dado que homenagem,

para atingir os diferentes valores, deveria ser tríplice: ao índio, que foi indubitavelmente o primeiro habitante da região, havendo recebido pacificamente o colono branco; ao ruralista ou vaqueiro, que plasmou a primeira economia regional e por fim ao garimpeiro, eterno nômade e sonhador (MAGALHÃES, 1986, p.103).

O que se vê na indignação de Dorval de Magalhães não é uma reação isolada, mas a posição de um ativo representante da tradicional elite roraimense reclamando a lembrança dos “pioneiros” como elementos dinâmicos que, recebidos pelos pacíficos (e passivos) nativos, fixaram-se na região promovendo uma forma de ocupação distinta

daquela realizada pelos garimpeiros que, para ele, eram “nômades e sonhadores” eternos.

A atitude de Hélio Campos em homenagear aos garimpeiros – responsáveis pela mais importante atividade econômica de Roraima no momento da instalação do Território (CAVALCANTI, 1949) – significava atestar o declínio dos pecuaristas e, considerando a indignação de Dorval de Magalhães, lhes negar a importância histórica que julgavam ter. A inquietação daqueles que se consideravam pioneiros com a instalação do *Garimpeiro* demonstra o reconhecimento do Centro Cívico como um espaço que se constituiria como um palco para garantir a memória do que teria sido o início de Roraima.

Além do Garimpeiro, outro antigo monumento da Praça do Centro Cívico está instalado do lado esquerdo da entrada principal do Palácio do Governo e é composto por uma águia de bronze sobre uma coluna branca de concreto. Fazendo alusão ao Correio Aéreo Nacional, que desde a década de 1940 servia o Território, a estátua contém uma placa metálica que diz laconicamente: “Homenagem ao CAN Roraima, 10 – 08 -1968”. Com ela, o governo do Território Federal de Roraima reverenciava, indiretamente, à própria Aeronáutica estabelecendo, naquele contexto, um importante lugar de memória para a Instituição que, desde o ano de 1964 e durante todo o Regime Militar, seria a responsável pela indicação dos governadores de Roraima.

A configuração do Centro Cívico modificou-se bastante com o passar do tempo. Na atualidade, o espaço onde antes ficava um grande areal está repleto de árvores frutíferas, dentre as quais se destacam mangueiras e cajueiros e converteu-se em palco onde se afirmam as mais diferentes memórias. Ali existem sete monumentos dispersos em uma área bastante ampla e fazendo referência a temas muito distintos entre si. Nesse novo contexto, o relativamente pequeno *Monumento ao CAN* poderia perder a visibilidade, sendo confundido, por quem transita pela Praça, como um detalhe do Palácio do Governo. No entanto, quando se trata de verificar as condições de conservação e cuidado com os marcos de memória presentes naquele local, a homenagem ao CAN se destaca. É compreensível que, por estar localizado muito próximo ao Palácio e também por ser bastante simples, o *Monumento ao CAN* tenha recebido manutenção que garantiu sua permanência, nos últimos quarenta anos, em

excelente estado de conservação e sem sinais de desgaste ou depredação, mas não se justifica o abandono que se pode verificar em outros monumentos ali erigidos.

É o caso do *Monumento à Bíblia*, de 1980: a placa metálica de identificação está coberta por uma mão de tinta branca, provavelmente a mesma mistura de cal e água passada para a conservação dos troncos das árvores e muretas da praça. Em outro ponto da praça, uma placa de aço, que é a mais nova entre as homenagens, ali instalada em 2006, para registrar o repúdio ao assassinato de um índio na delegacia de Normandia, está com claras marcas de depredação, com a cobertura em acrílico que a reveste parcialmente arrancada. A fonte do coreto não funciona e tornou-se depósito de água parada e suja. Que dizer, então, de um suporte de granito preto que, ladeado por duas placas distintas que fazem referência a outras obras, parecia conter sobre si um busto, do qual não se tem notícia?

Assim como acontece com os indivíduos, que têm capacidade de reter na memória muitos eventos, mas efetivamente perpetuam apenas alguns desses, o Centro Cívico, por sua grandeza, também pode abrigar muitas memórias, mas a conservação e manutenção das mesmas estão sujeitas, como se vê, à seletividade aplicada pelo poder público.

Além dos monumentos presentes na praça, o “*Complexo Arquitetônico do Centro Cívico*,” (RORAIMA, 2002) conta, em sentido horário, com os prédios do Hotel Aipana Palace (antigo Boa Vista, estatal), Catedral Cristo Redentor, Palácio da Justiça, Fórum Sobral Pinto, Banco do Brasil, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria da Fazenda Federal, Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Correios, novo Palácio da Cultura e sede do Banco da Amazônia, todos ladeando o Palácio do Governo, que se encontra no centro da praça. Tomando forma durante o Regime Militar, esse complexo atendia a duas ordens de interesses. O primeiro e mais explícito objetivo dessa formação, definido muito antes da chegada dos militares ao poder, foi favorecer a administração, com a instalação de diversas instituições estatais em prédios apropriados e bem localizados. Simultaneamente a este, há outro interesse, mais ligado à imagem do poder que se pretendia apresentar à população local. Aparições do poder são elementos simbólicos de grande importância para a constituição de uma comunidade de sentido e podem demonstrar a idéia que esse poder faz de si mesmo. Nesse sentido, vale apontar que a ocupação da praça central teve efeitos simbólicos muito sintonizados com o

discurso integracionista e modernizante, com uma mensagem bastante clara: naquele momento, o Estado Brasileiro, através de suas instituições, vinha residir no centro de Roraima, em sua capital, Boa Vista.

Em reportagens da época pode-se verificar que a ocupação do lavrado, com grandes e modernos prédios foi retratada como sinal inequívoco da chegada do progresso, fazendo parte, inclusive, de um roteiro turístico divulgado pelo governo do Território em 1971 (FOLDERES... 1991). Desse modo, pode-se dizer que, em Boa Vista, a instalação do Centro Cívico foi importante para que se sentisse o clima de “Brasil Grande” do governo Médici, cujo representante em Roraima foi, até 1974, o governador Hélio da Costa Campos.

Sônia Souza (2008), em seu trabalho sobre aquele governo, deixa um depoimento sobre essas impressões, afirmando que, “em Roraima, o Milagre não foi só sentido, foi visto”, e explica:

Eu lembro que a chegada dos ônibus na cidade foi uma festa, eu tinha dez anos e fazia a terceira série na Escola Presidente Costa e Silva, recém-inaugurada e nessa ocasião, o governo proporcionou a todos os estudantes do Território um passeio, uma visita às novas construções. A distância entre elas era enorme e as edificações também eram grandes e se destacavam em meio ao lavrado (SOUZA, 2008).

Diversas dificuldades foram enfrentadas, durante os anos de 1970, para a efetivação das construções no Centro Cívico e entre elas se destaca a ausência local de mão-de-obra especializada² para o planejamento e execução das construções.

Um grande prédio para abrigar o governo do Território – que antes ocupava o prédio da Prelazia, próximo ao rio Branco - foi a primeira das grandes obras iniciadas na praça. Interrompida por diversas vezes, a construção foi retomada com maior vigor a partir de 1965, e concluída três anos depois, em 1968. Mesmo com o surgimento posterior de diversos prédios, esta é uma das mais imponentes construções erigidas naquele local.

² Argumento freqüente nas falas dos governadores do Território, entrevistados por Aimberê Freitas (1993, *passim*) para exemplificar as dificuldades para governar Roraima.



Palácio 31 de março, ainda isolado no Centro Cívico, no ano de 1972.
Acervo Casa de Cultura Madre Leotávia.

No momento de sua inauguração, pelo então governador – e Brigadeiro da Aeronáutica – Hélio Campos, o prédio foi chamado de *Palácio 31 de Março*, homenageando a data da tomada do poder pelos militares, no ano de 1964. Com função de acolher o poder Executivo e ser, ao mesmo tempo, residência do governador, o Palácio está situado no cerne da Praça do Centro Cívico, com a frente voltada no sentido do rio Branco. Sua parte frontal possui linhas retas e harmoniosas, que caracterizam o chamado estilo neoclássico, com grandes colunas frontais, sustentando um avançado para a proteção da entrada. Sobre ele, uma alta sacada sugere a possibilidade de se ver o governador acenando lá de cima. Branco, com grandes portais de vidro, o prédio é alto e imponente e, visto de frente, chega a lembrar a Casa Branca estadunidense.

O Palácio do Governo, erigido pelos militares e batizado em sua homenagem, foi continuamente alvo de disputas para a preservação da memória do Regime. Após o advento da democratização, em 1985, devido a questionamentos sobre sua denominação, alterou-se o nome do “Palácio 31 de Março” para “Palácio da Fronteira”. Esta nova nomenclatura não durou muito, porém, e o prédio logo foi rebatizado. Tendo permanecido à frente da administração do Território no período que vai de 1967 a 1974, o Aviador Hélio da Costa Campos, que ainda teve tempo de encerrar sua carreira política como senador de Roraima, eleito pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional), no ano de 1991, foi homenageado no ano de 1989, tornando-se patrono do prédio que inaugurara muitos anos antes. Desse modo, a sede do poder executivo roraimense voltava a homenagear através do governador que, indicado pelos militares, governou Roraima durante o Milagre Econômico, ao período do Regime Militar.

Outra obra oficial de grande destaque para a composição do Centro Cívico foi o Palácio da Cultura. Concluída no ano de 1974, a obra abrigaria a biblioteca pública, um museu e um grande auditório, até que, no ano de 1988, o prédio foi fechado para reforma e, dali em diante tornou-se a sede do Legislativo Estadual. Sua inauguração recebeu ampla cobertura no *Jornal Boa Vista*. Na edição de cinco de fevereiro de 1974, duas das três manchetes de capa falam do Palácio da Cultura: uma dava notícia de sua inauguração, dois dias antes, com a presença do Ministro do Interior e do Bispo de Roraima entre outros. A outra informava que o “Auditório do Palácio da Cultura foi sede da 15ª reunião do conselho administrativo do Projeto Rondon” (*JBV*, 05/02/1974, capa).

Tratado nessas notícias como “verdadeira obra de arte” e “jóia arquitetônica”, o prédio já havia sido alvo, quinze dias antes, de uma nota na coluna social assinada por Oscar de Almeida. Ali, sob uma foto em que o prédio aparece tomado da lateral direita, o texto do colunista louvava o governador Hélio Campos, agradecendo a este por “lisonjear Boa Vista com a riquíssima oferenda que é o Palácio da Cultura, jóia do Centro Cívico”, e anunciava a vinda, não confirmada posteriormente, do “Ministro Passarinho, da educação para inaugurá-lo brevemente (*JBV*, 15/01/1974, p.2)”.



Palácio da Cultura por dois ângulos: Na imagem maior, antes de sua inauguração (*JBV*, 1974) e no detalhe, em fotografia do acervo da Casa de Cultura Madre Leotávia (1980).

Em uma terceira notícia da mesma edição, a capa do *Jornal Boa Vista* destacava a construção da sede do Banco da Amazônia que deveria contar com 750m² de área construída no Centro Cívico, “ao lado da Secretaria de Segurança Pública”. Segundo a notícia, o prédio, cujo desenho vinha acompanhando a matéria, seria “um monumento a mais para embelezar a capital que, gradativamente, vai assumindo, com muita categoria,

ares de verdadeira metrópole” (*JBV*, 05/02/1974, capa). Anunciada em fevereiro, a obra teve início apenas em fins de maio, quando então foram previstos doze meses para a sua conclusão. A declaração dada pelo responsável pela edificação, de que “todas as medidas necessárias foram tomadas para evitar qualquer paralisação” (*JBV*, 29/05/1974, p.6), demonstra que tanto a aquisição de material quanto a contratação de mão-de-obra continuavam como problemas de difícil solução para a execução de obras em Roraima.

Em junho de 1975, nova nota de capa, dessa vez já com a fotografia da obra concluída, dava conta de que o Ministro do Interior não estaria presente à inauguração (*JBV*, 28/06/1975, capa), a qual ocorreu de fato no dia oito de julho daquele ano. É interessante observar que, apesar do destaque que se deu ao prédio e a seu desenho em matérias anteriores à produzida na cobertura da inauguração, nesta última, que toma uma página inteira do Jornal, nenhuma menção tenha sido feita ao edifício. A manchete, “mais recursos para o desenvolvimento”, mostra que, em paralelo à preocupação com a composição de um “patrimônio urbano”, a ser enriquecido pelas “linhas modernas e funcionais” do prédio do BASA, declarada pelo Jornal um ano antes, seguia o interesse em conseguir ampliar as linhas de crédito “para projetos que visem o desenvolvimento do Território” (*JBV*, 12/07/1975, p.02).

Mas não somente o Estado fincou sua presença no centro da cidade que então se ampliava. Em abril de 1967, foi limpa a quadra que anteriormente teria servido como cemitério, doada pela prefeitura do município para a edificação de uma catedral católica. Essa construção coexistiu, por um ano, com a do Palácio do Governo e isso teria gerado certa concorrência entre as duas. Um fator de disputa seria a falta generalizada de mão de obra especializada e de materiais de construção. Com muitas obras executadas ao mesmo tempo, a chegada desses materiais não era suficiente para que se garantisse a continuidade das mesmas e, à medida que estas cresciam, os materiais disponíveis se tornavam cada vez mais escassos e caros. Cimento, ferro e brita, básicos para qualquer construção, tinham de ser comprados fora do Território, às vezes fora do Brasil (CONTI, 1972a), e vinham para Boa Vista em embarcações que enfrentavam as já citadas dificuldades de navegação do Rio Branco³. Nos documentos

³ Foi nessas condições que teria chegado, por exemplo, o cimento para a construção da Catedral, vindo da Polônia (CONTI, 1972a). Sobre essas dificuldades, o padre Vanthuir lembrou ainda de um evento em que, devido a um naufrágio no Rio Branco, foram perdidos os vitrais italianos que, representando as estações da Paixão de Cristo, decorariam a Catedral.

produzidos pelo Bispo à época da inauguração da Catedral, é clara a referência às compras “maciças de ferro e de máquinas, indispensáveis para os trabalhos, diretamente nas fábricas de São Paulo” e também às pausas forçadas na construção pela falta de materiais.

Em sua *Locução da entrega da Catedral Cristo Redentor à comunidade católica de Roraima* (1972) e no *Breve histórico da construção e cooperação da Catedral Cristo Redentor* (1972a) que acompanhou esse discurso, o Bispo Prelado de Roraima, D. Servílio Conti, não deixou de registrar a dificuldade em “encontrar um chefe de obra de comprovada competência e capacidade”. Naquele contexto, profissionais italianos vieram para Roraima especialmente para trabalhar naquela construção. Diante das dificuldades de se conseguir outros trabalhadores qualificados e com a chegada do Missionário Pedro Menegon, mestre de obras com mais de vinte anos de experiência na Europa, ocorreu nos canteiros de construção da Catedral, segundo o padre Vanthuir, a instalação de uma verdadeira “escola de construtores”, em que mais de cinquenta homens foram treinados para atuar como trabalhadores na obra que, com muita dificuldade, estendeu-se de 1967 até 1972.

Atualmente, a Igreja católica local possui séria preocupação em não ligar a memória da construção da Catedral aos governos militares. Índícios disso apareceram já na primeira conversa que tive o padre Vanthuir⁴. Quando expliquei a ele que o objetivo de meu trabalho era investigar a memória do Regime Militar em Roraima, sua reação foi imediata. Afirmando que “a construção da Catedral não teve nada a ver com o Regime Militar”, o padre argumentou que, da parte do governo, não foi recebida nenhuma ajuda de ordem técnica nem financeira para a construção. Em seguida, recordou que a Igreja Católica, naquele momento, era, inclusive, parte importante da resistência à ditadura.

É parcialmente verdade. O papel da Igreja Católica durante o Regime Militar, foi marcado por ambigüidades, pois, se é inegável que a Igreja foi importante para abrigar a resistência através das Comunidades Eclesiais de Base, que teve presos, torturados e mortos entre os seus profissionais de fé, não se pode esquecer também que foi em seu seio que se articularam as Marchas que, anos antes, apoiavam os interesses golpistas em

⁴ Importante colaborador em minha empreitada de investigar sobre a construção da Catedral e responsável, em 2009, pelo acesso à documentação da Diocese de Roraima.

defesa “da Família, com Deus pela Liberdade”. Se, nos anos de 1970, “na Amazônia, os bispos denunciavam o sistema econômico como injusto”, outras duas alas, com posturas mais “conservadoras” ou “moderadas”, justificavam a afirmação de que “a Igreja estava fortemente dividida em relação ao papel que lhe cabia na política” (SKIDMORE, 2004, p.271).

Em nível local, nos anos de 1970, diante da emergência da organização indígena pela luta por direitos, crescia na Igreja de Roraima a adesão à Teologia da Libertação. Esse processo se firmou em 1975, com a chegada do polêmico D. Aldo Mongiano que, permanecendo no Território até o ano de 1986, foi chamado de “bispo vermelho” e acusado, pelos militares, de fomentar entre os indígenas uma postura de contestação que, para além do conflito com os fazendeiros, era subversiva e atentava contra a segurança nacional (VIEIRA, 2007, p.163). Os documentos produzidos por D. Servílio Conti, no momento da inauguração da Catedral, já apontavam, de algum modo, para o conflito que se gestava entre a instituição Igreja, parte de seus fiéis (a elite local em Roraima) e o Estado Nacional Militarizado: D. Servílio citou a importância do Instituto de Missões da Consolata de Turim na captação de recursos⁵, e destacou que a Catedral era o “fruto do sacrifício dos humildes” para a superação da “falta completa de fundos”, imputando as dificuldades não apenas à “escassa renda do povo”, mas também “à psicologia do nosso meio, um tanto acostumado ao paternalismo”.

Como acontecera com as construções de prédios oficiais, também aparecem duas ordens de interesse justificando a construção da Catedral. Ao mesmo tempo em que o Bispo Conti afirma que o “rápido crescimento da cidade fez com que a antiga matriz ficasse deslocada, pequena, insuficiente para as necessidades do culto, exigindo que se providenciasse com urgência um templo maior”, não deixava de reconhecer que a “Matriz, pequena, acanhada, viu-se aos poucos relegada à margem do centro populacional da cidade” (1972). Isso demonstra que, para além do aspecto funcional, o chefe da Igreja Católica em Roraima não desprezava a importância de cravar um marco institucional na praça, que, “enriquecida de tantos prédios, centro motor da vida social, exigia também um monumento de fé” (1972).

⁵ Segundo o Bispo Conti (1972a), dos 800 mil cruzeiros gastos até aquele momento, 214 mil ainda estavam por ser pagos, 295 mil tinham vindo do exterior e apenas 290 mil eram contribuições provindas no Território.

O que se verifica diante de todos esses elementos é que na Praça do Centro Cívico, além dos três poderes de Estado e outras instituições governamentais, repousam tanto memórias de disputas quanto disputas pela memória referentes aos durante os tempos de ditadura no Brasil. Nesse sentido, um último detalhe sobre a composição do Centro Cívico e a sede do Executivo deve ser apontado: naquela praça, apenas o prédio dedicado ao poder Executivo permaneceu exatamente no centro. Todas as demais construções, inclusive aquelas que posteriormente vieram abrigar o Legislativo e o Judiciário, apenas margeiam a praça central. Tal configuração fez com que os prédios desses poderes estejam separados da sede do Executivo pela avenida de quatro vias que forma a “Bola do Centro”. Assim, enquanto todos os prédios ali situados têm suas entradas voltadas para a Praça Central e, conseqüentemente, para a sede do Executivo, esta, por sua disposição, parece solenemente ignorar as demais edificações presentes na Praça, uma vez que sua principal entrada está voltada de frente para a estátua do Garimpeiro, ou, mais além, para o Rio Branco. É sintomático: Constituída como cidade monumental por seu traçado, Boa Vista recorda, através da Praça do Centro Cívico, uma forma de organização política em que o poder executivo prevalece sobre os demais, parecendo refletir o momento do planejamento do projeto de ocupação central da cidade, quando se vivia sob o Estado Novo, bem como o momento da execução desse projeto, ocorrido efetivamente nos chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar (entre 1968 e 1975).

Fontes e Referências Bibliográficas

- 1967- O PRINCÍPIO foi muito difícil... **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, p.6, 15/09/1973
- ALMEIDA, Oscar de. Ao Balanço das horas. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, p.2, 15/01/1974.
- AUDITÓRIO do Palácio da Cultura foi sede da XV reunião do Conselho Deliberativo do Projeto Rondon. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, capa, 05/02/1974.
- BASA construirá a sede de sua nova agência. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, capa 05/02/1974.
- BASA inaugura agência na terça. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, capa, 28/06/1975.
- BECKER, Berta K. **Amazônia**. Série Princípios. 6ªed. São Paulo: Ática, 1998.
- BOA VISTA. Decreto nº. 026/E de 26 de janeiro de 2007. Institui o Monumento ao Garimpeiro como símbolo a ser apresentado em papéis da Administração Pública Municipal. **Diário Oficial**

do Município de Boa Vista. Boa Vista, RR, Poder Executivo, ano XIII, n.1898, p.2, 30/01/2007.

CAVALCANTI, Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco.** 2.ed. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1949.

CONTI, D.Servílio. **Breve histórico da construção e cooperação da Catedral Cristo Redentor.** Cópia reprográfica do original. Boa Vista, Diocese de Roraima, 1972a.

CONTI, D.Servílio. **Locução da entrega da Catedral Cristo Redentor à comunidade católica de Roraima.** Cópia reprográfica do original. Boa Vista, Diocese de Roraima, 1972.

DUARTE, Francisco das Chagas. **Francisco das Chagas Duarte:** depoimento [out.2007]. Entrevista a Sônia Suely Soares de Souza. Cedida para projeto de monografia em História Regional, 2007.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOLDERES e portfólios contam história. **Revista Diretrizes.** Boa Vista, Ano II, n.1, p.24, Jan/1991.

FREITAS, Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima, 1943-1985.** Manaus: Editora Humberto Calderaro,1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

INICIADO canteiro de obras da sede do BASA. **Jornal Boa Vista.** Boa Vista, p.06, 29/05/1974.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MAGALHÃES, Dorval de. Roraima, **Informações Históricas.** Rio de Janeiro: Graphos, 1986.

MAIS recursos para o desenvolvimento. **Jornal Boa Vista.** Boa Vista, p.02, 12/07/1975.

PAVANI, J; MOURA, G. **Panorama fotográfico, urbanístico e arquitetônico de Boa Vista.** Brasília: Coronário, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, CPDOC, vol. 5, n.10, 1992.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação social.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.

RORAIMA, Governo do Estado. **Guia Turismo em Roraima – 2002/2003.** Ano V. Várzea Grande: Gráfica e Editora Centro América LTDA, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Sônia Suely Soares de. **Um Território Federal dentro de um Estado Militarizado:** o exemplo do governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974. Boa Vista, 2008. Monografia de Especialização em História Regional – UFRR, 2008.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra.** Boa Vista: Editora UFRR, 2007

Monumentos

Praça do Centro Cívico, 1944 - Boa Vista, RR.

Monumento ao Garimpeiro, 1967 – Boa Vista, RR.

Monumento ao CAN, 1968 – Boa Vista, RR.

Palácio Senador Hélio Campos, 1968 – Boa Vista, RR.